

Zimbra

pregao@gaspar.sc.gov.br

---

**PM de Gaspar/SC - PP 152/2019 - 05/12/2019 - Pedido de Impugnação**

---

**De :** SILVA Drielli Duarte da <drielli.silva@edenred.com> Seg, 02 de dez de 2019 19:19

**Assunto :** PM de Gaspar/SC - PP 152/2019 - 05/12/2019 - Pedido de Impugnação 

**Para :** pregao@gaspar.sc.gov.br

**Cc :** ERBR - TLOG - Licitações TicketLog  
<licitacoes@edenred.com>

Prezados, boa tarde.

Segue impugnação ao edital supramencionado.

Atenciosamente,



**Drielli Duarte da Silva**  
Mercado Público – Licitações

Tel. +55 51 3920 2200 Ramal 8267  
[drielli.silva@edenred.com](mailto:drielli.silva@edenred.com)

[ticketlog.com.br](http://ticketlog.com.br)



---

 **Prefeitura Municipal de Gaspar- Abastecimento - Índices.pdf**  
469 KB

 **03. Procuração Licitações 2019- 2020 - Original (Ticket Log) - 12.05.2020 - Original.pdf**  
771 KB

 **Documento - Drielli da Silva - Validade 14.03.2022.pdf**  
1 MB

---

## ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

REF.: PREGÃO PRESENCIAL N.º 152/2019

**TICKET LOG – TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A** pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Machado de Assis, n. ° 50, Prédio 2, Santa Lúcia, em Campo Bom – RS, telefone (51) 3920-2200, ramal 8273, e-mail: licitacoes@edenred.com, vem, respeitosamente, perante a ilustre presença de Vossa Senhoria, dentro do prazo legal, **IMPUGNAR** o edital da licitação supracitada, expondo para tanto os fatos e fundamentos a seguir deduzidos:

### I - DOS FATOS

Está marcado para o dia 05 de dezembro de 2019 a realização do certame acima mencionado que tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para **“CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES, FILTROS, FLUÍDOS, ADITIVOS E SERVIÇOS DE LAVAÇÃO PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE GASPAR, BEM COMO DA FROTA DE VEÍCULOS LOCADOS.”**

Ocorre que o instrumento convocatório desta licitação possui especificações que são inaplicáveis ao objeto ora licitado considerando suas particularidades, cuja exigência e manutenção não estão de acordo com a realidade do objeto e permitem que empresas sem qualificação econômico-financeira adequada participem do certame, conforme discorreremos a seguir.

#### 1. **DO IMPEDIMENTO QUANTO AOS CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

Ao tratar dos critérios de Qualificação Econômico Financeira, mencionados no item 5.1.2.3 nos deparamos com a seguinte colocação quanto aos critérios de qualificação econômico-financeiro exigidos:

5.1.2.3 A comprovação da boa situação financeira da licitante será feita por meio da avaliação, conforme o caso:

a) Do balanço referido no subitem 5.1.2.2, através das seguintes análises:

$$\text{Índice de Liquidez Corrente (ILC)} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > 1,00$$

$$\text{Índice de Liquidez Geral (ILG)} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} > 1,00$$

$$\text{Grau de Endividamento (GE)} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} < 1,00$$

b) Das demonstrações contábeis referidas no subitem 5.1.2.2.1, cujo Índice de Solvência, obtido conforme fórmula a seguir, terá de ser maior ou igual a um ( $\geq 1$ ):

$$\text{Índice de Solvência} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Exigível Total}} \geq 1$$

5.1.2.3.1 Os índices de que tratam as alíneas "a" e "b" do subitem 5.1.2.3 deverão ser apresentados pela licitante, devidamente calculados, assinados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

Como é de conhecimento geral, através de publicações liberadas há meses no mercado brasileiro no ramo de gerenciamento, as empresas popularmente conhecidas como Ticket e Ecofrotas – ambas de grande visibilidade nacional - uniram suas bases operacionais através da marca Ticket Log (<http://www.ticketlog.com.br/>).

Esta união, aprovada pelo CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, no dia 24 de maio de 2016, deu origem a um importante *player* na área de gestão de despesas corporativas, criando a mais completa empresa nacional de gestão de abastecimento e manutenção, unificando as operações da Ticket Car, Repom, Ecofrotas e Expers.

Assim, a única empresa apta a participar de licitações cujo objeto é gerenciamento de abastecimento e/ou manutenção preventiva e corretiva em nome do grupo Edenred é a Ticket Log – Ticket Soluções HDFGT S/A.

Desta forma, devido a união entre as bases empresariais e o compromisso da Diretoria da Ticket Log de ingressar em larga escala no negócio de cartão de crédito, e para tal, fez-se necessário sacrifício de resultados no curto prazo, baseados em um projeto que tem as seguintes premissas:

- Liderança de mercado no ramo de cartão convênio;
- Excelência em serviços;
- Vantagens tecnológicas diferenciadas da concorrência.

Atualmente oferecemos vasta rede credenciada no mercado, assim, sempre haverá um estabelecimento no caminho, garantindo a opção de escolher pelo local da preferência do cliente com a melhor qualidade e preços competitivos. A equipe da Ticket Log trabalha de forma consultiva para melhorar constantemente e otimizar as oportunidades de redução de custo. Este é um importante diferencial a ser oferecido aos nossos clientes.

Com a análise se baseando fortemente no índice em questão, estaremos sendo mal avaliados, pois a liquidez depende dos prazos médios de pagamento e recebimento; no nosso caso específico, **recebemos do cliente em média no dobro do tempo em que pagamos a rede credenciada, corroborando para a redução do índice de liquidez.**

Entretanto, há que ressaltar que a Lei 8.666/93 permite várias formas de comprovação de boa situação financeira das empresas participantes, conforme se verifica no art. 31, abaixo transcrito. Se a lei permite o uso de três hipóteses, pode o edital exigí-las alternadamente, assim, caso uma licitante não preencha um dos critérios por questões adversas, poderá sempre ter uma outra alternativa para participar do certame, obedecendo ao Princípio da Competitividade e da Legalidade.

*Art. 31 A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:*

*§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.*

*§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.*

*§ 3º O capital mínimo ou valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.*

§ 4º Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

§ 5º A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

Assim, sem a possibilidade de mais de uma forma de comprovação de qualificação econômico-financeira de **modo alternativo**, o edital contraria além da Legislação pertinente, a própria essência da licitação que é seu caráter competitivo.

O artigo § 1º do 3º da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 preconiza que:

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

**I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo** e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato; (Grifo nosso)

Empreender um certame licitatório para identificar a proposta mais vantajosa ao interesse público significa que os interessados irão competir para finalmente obterem a contratação.

Nesse sentido, podemos até dizer que a licitação tem caráter contencioso, uma vez que cada licitante busca contratar com a Administração Pública, e para isso tenta, na medida do possível, afastar seus concorrentes, recorrendo das decisões da comissão de licitação e da autoridade superior competente.

O princípio da competitividade é princípio atinente somente à licitação, e está diretamente ligado ao princípio da isonomia. Ora, manter as condições para que haja uma competição isenta de dirigismos, preferências escusas ou interesses dissociados da coisa pública é, em primeira instância, cuidar para que essas condições de participação do certame sejam equânimes para todos os interessados. Simplesmente, podemos afirmar que não há competição sem isonomia e não há isonomia sem competição.

Como podemos notar do inc. I do § 1º do art. 3º da Lei nº 8.666/93 acima transcrito, a norma é bastante abrangente em seu dispositivo, usando nada mais que sete verbos, no infinitivo e conjugados (admitir, prever, incluir, tolerar, comprometer, restringir e frustrar), para coibir quaisquer atividades que tenham por meta direta ou indireta afetar o caráter competitivo do certame licitatório.

O §1º abriga proibição expressa ao Administrador de prever ou tolerar, nos editais, cláusulas ou condições que de qualquer forma comprometam o caráter competitivo do certame. Toshio Mukai extrai dessa disposição o princípio da competitividade, "*tão essencial na matéria que, se num procedimento licitatório, por obra de conluio, faltar a competição (ou oposição) entre os concorrentes, falecerá a própria licitação, inexistirá o instituto mesmo*". (Cf. **O Estatuto Jurídico das Licitações e Contratos Administrativos**, Ed. Saraiva, SP, 1998, p. 16).

Portanto, a exigência editalícia, mostra-se claramente restritiva, sendo capaz também, de **diminuir a participação das empresas no presente certame**, pois da forma como o Edital foi elaborado, o pregão certamente ficará prejudicado, face à inviabilidade de algumas das Licitantes em atenderem a exigência relativa à qualificação econômico-financeira.

Pelo Princípio da Vantajosidade e Economicidade, presume-se como sendo prerrogativa da Administração Pública a congregação do maior número possível de concorrentes, viabilizando agregar preço e qualidade aos serviços, como aspectos que interagem e se complementam, promovendo, desta forma, maior competitividade entre os participantes e opções para o órgão licitante em adequar suas possibilidades e necessidades junto ao serviço licitado.

Nesse ínterim, faz-se mister assinalar que o legislador, mediante o artigo 3º, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/93, prescreve, também, a observância do princípio da competitividade, por considerá-lo, sem dúvida, essencial em certames da espécie de que se cogita, porquanto se faltar a competição entre os que deles participam, a própria licitação perderá sua razão de ser, que é a de conseguir para o Poder Público a proposta que lhe seja mais vantajosa.

Assim, qualquer exigência a fim de comprovar a situação financeira das empresas deve ser aplicada em conformidade com os princípios de competitividade e proporcionalidade, inerentes à Administração Pública, buscando seu único fim, qual seja, a participação ampla das interessadas nos processos licitatórios promovidos pela Administração Pública, e não restringir esta participação. Afinal, somente desta forma estar-se-á assegurando uma conduta justa e ilibada da Administração na prática de seus atos.

Por oportuno, informamos que atendemos a **diversos órgãos da Administração Pública em TODOS os Estados da Federação** para prestação dos serviços aqui em questão, os Governos de Estado do CEARÁ, GOIÁS, RIO GRANDE DO SUL, RORAIMA, ESPÍRITO SANTO, PARÁ, MATO GROSSO, RONDÔNIA, POLÍCIA FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DE TODOS OS ESTADOS DO BRASIL e outros órgãos públicos também são nossos clientes, sendo que estes não efetuaram uma exigência tão restritiva como o faz esse Órgão.

Portanto, gostaríamos de solicitar que este órgão altere o edital mencionando que ALTERNATIVAMENTE, as empresas que não alcançarem o índice exigido, serão consideradas habilitadas se comprovarem possuir um capital mínimo ou valor do patrimônio líquido correspondente a 10% da estimativa de custos e/ou que apresentem garantia no valor de até 5% (cinco por cento) do total do contrato, em respeito ao princípio da Legalidade, Competitividade, entre outros (com a exclusão das demais exigências).

Inclusive, o Tribunal de Contas da União já firmou entendimento de que a qualificação econômico-financeira deve ser apurada em função das necessidades concretas de cada caso, bem como, **“de que as empresas que não preencham os índices denotadores de boa situação econômico-financeira sejam habilitadas por meio de demonstração de capital social ou patrimônio líquido mínimo”**. (Acórdão n. 247/2003 – Plenário. Rel. Min. Marcos Vileça)

O Superior Tribunal de Justiça, também tem decisão, por unanimidade, que baliza o entendimento acima esposado de que o licitante pode participar do certame, demonstrando sua boa condição econômico-financeira através de outras demonstrações que não aquelas exigidas no Edital, senão vejamos:

**“EMENTA – ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. EDITAL. MS N.5.606 – DF – (98.0002224-4). Relator Exmo. Sr. Ministro José Delgado. Impetrante: Panaquatira Radiodifusão Ltda. – Impetrado: Ministério de Estado de Comunicações. “ Decisão: A Seção, por unanimidade, concedeu segurança. ” I – As regras do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa. ”**

Ainda, no julgamento do RESP n. 402.711/SP, o mesmo STJ assim decidiu:

**“1. a comprovação de qualificação econômico-financeira das empresas licitantes pode ser aferida mediante a apresentação de outros documentos. A Lei de Licitações não obriga a administração a exigir, especificamente, para cumprimento do referido requisito, que seja apresentado o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, relativos ao último exercício social previsto na Lei de Licitações (Art. 31, inc. I), para fins de habilitação.” (Grifo nosso)**

Portanto, se este Órgão negar nossa impugnação e mantiver este edital inalterado, além de ferir o princípio da Legalidade, ira afrontar as decisões do TCU e o STJ.

Carlos Ari Sundfeld aduz que princípios são ideias centrais que dão sustentação a um dado sistema e que *"o princípio jurídico é norma de hierarquia superior à das meras regras, pois determina o sentido e o alcance destas, que não podem contrariá-lo, sob pena de pôr em risco a globalidade do ordenamento jurídico"* (SUNDFELD, Carlos Ari. *Fundamentos de direito público*. 4. ed. rev. aum. e atual. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 146.).

O princípio da legalidade está insculpido no art. 1º, caput, da Magna Carta e para o procedimento licitatório e também para o contrato que o sucede significa que a atividade da Administração está vinculada, adstrita ao que dispõe a lei.

Assim muitas vezes o administrador não tem qualquer liberdade para agir em casos em que a lei lhe indica qual a conduta a ser tomada em situações por ela descritas e reguladas.

O princípio da legalidade circunscreve a ação da Administração Pública em termos do que ela pode fazer e como pode fazer, ou seja, ela age em consonância com o disposto pela lei.

No caso das licitações, cada fase do certame está regulada pela lei, existindo direito público subjetivo a todos quantos participem da licitação à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido. É o que estabelece o caput do art. 4º da Lei nº 8.666/93. O parágrafo único desse artigo ainda fixa que o procedimento licitatório previsto naquela lei caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.

Com efeito, a Administração não é livre para agir; ela só age *secundum legis*, com o conteúdo e sob a forma previstas em lei. A legalidade se desdobra em dois momentos distintos: o da submissão do agir à lei e o do controle dessa submissão. No primeiro momento importa a natureza derivada da atuação da administração pública ao complementar, seja com preceitos normativos secundários, seja com comandos concretos, a normatividade legal. No segundo momento o que importa é o controle dessa submissão, seja por parte dela própria, seja por parte de órgãos competentes para

exercê-lo nos demais Poderes do Estado, manifestado *ex officio* ou provocado por quem a lei reconheça legitimidade para fazê-lo.

O princípio da legalidade, no caso da licitação, pareceu ao legislador infraconstitucional de tal forma importante que veio a ser reproduzido no art. 3º da Lei nº 8.666/93

Nesse sentido, são os ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de Mello:

*“Princípio – já averbamos alhures – é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico. É o conhecimento dos princípios que preside a intelecção das diferentes partes componentes do todo unitário que há por nome sistema jurídico positivo” (in Curso de Direito Administrativo, 4ª ed., Malheiros, 1993, pp. 408 e 409).*

Nesse sentido, cabe mais uma vez trazermos à colação os ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de Mello:

*“Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra” (ob. cit., p. 409).*

Portanto, nossa solicitação encontra guarita na Lei 8.666/93, na Instrução Normativa n.º 05/95 e nas decisões proferidas pelo TCU e STJ, conforme acima fartamente demonstrado.

Ainda, mesmo não estando sob o critério da INSTRUÇÃO NORMATIVA MPOG/SLTI Nº 2, DE 11 DE OUTUBRO DE 2010, pode utilizar como parâmetro a determinação de que empresas que não apresentem o valor/percentual exigido deverão então usar de outros critérios como exigência para sua habilitação.

**Art. 44. O instrumento convocatório deverá prever, também, que as empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um),**

em qualquer dos índices referidos no inciso V do Art. 43 desta norma, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º, do Art. 31 da [Lei nº 8.666, de 1993](#), como exigência para sua habilitação, podendo, ainda, ser solicitada prestação de garantia na forma do § 1º do Art. 56 do referido diploma legal, para fins de contratação.

Assim, fica sob análise de cada órgão a inclusão de critérios mais ou menos restritivos e que nesse caso em específico, para o tipo de contratação que se propõem, **PODE INCLUSIVE FRUSTRAR O ÊXITO NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.**

Ainda, de acordo com o Balanço Patrimonial e demonstrações financeiras da empresa, nossos índices em outros parâmetros estão superiores ou iguais a 1,00 e, em especial, sobre o Índice de Liquidez Geral, nossa diferença é de apenas 0,04 do valor de referência, vide:

ÍNDICES SOBRE BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
ATIVO CIRCULANTE	1.331.779.530,30	PASSIVO CIRCULANTE	1.322.887.016,00
NÃO CIRCULANTE	971.475.390,53	NÃO CIRCULANTE/EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	51.592.552,27
ESTOQUES	-	FORNECEDORES	6.244.020,36
CLIENTES	1.043.421.600,22	TICKETS EM CIRCULAÇÃO	994.396.821,15
INVESTIMENTOS	100.123.557,04	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	928.775.352,56
IMOBILIZADO	16.317.439,98	CAPITAL SOCIAL	154.590.593,95
INTANGÍVEL	845.254.608,40	PASSIVO TOTAL	2.303.254.920,83
ATIVO TOTAL	2.303.254.920,83	LÚCRO LÍQUIDO " DESP - REC "	202.253.015,61
ATIVO PERMANENTE	-	LÚCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL	207.307.961,15
DISPONIBILIDADES	231.213.859,71	RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL	445.638.072,40
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	9.779.785,11	PASSIVO REAL " PT MENOS PL "	1.374.479.558,27
		RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	289.390.428,56

LIQUIDEZ CORRENTE	AC PC	1.01	LIQUIDEZ REC. PRÓPRIOS	AC-PC PL	0.01
LIQUIDEZ GERAL	AC+RLP PC+ELP	0.98	GRAU DE ENDIVIDAMENTO	PL PC+ELP	0.68
LIQUIDEZ SECA	AC-EST PC	1.01	QUOC.PATR.LÍQ. E CAP.INT.	PL CP	6.01
SOLVÊNCIA GERAL	AT PC+ELP	1.68	RENTABILIDADE DO CAPITAL	LL PL	0.22
ENDIVIDAMENTO TOTAL	PC+ELP PL	1.48	PRODUTIVIDADE	ROL AT-INV	0.13
PART.CAPITAIS DE TERCEIROS	ET ET+PL	0.60	PART.DÍVIDAS CURTO PRAZO	PC ET	0.96
CAP.TERC. / CAP. PRÓPRIOS	ET PL	1.48	MARGEM LÚCRO OPERACIONAL	LO RLO	0.47
CAPAC.INVEST.(RECURSOS PRÓPRIOS X TERCEIROS)	PL PC+ELP	0.68	RISCO FINANCEIRO	PT-PL PT	0.60
GRAU DE IMOBILIZAÇÃO	AP PL	0.00	GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL	PC + ELP AT	0.60

OBS:  
Os Cálculos acima apresentados, foram retirados do Balancete correspondente ao Exercício Social de 2018, publicado em 30 de abril de 2019

Desta forma, verifica-se que a saúde da empresa neste ramo não pode ser atrelada somente ao índice financeiro e econômico, como também, não pode se usar como padrão o mesmo valor número (índice  $\geq 1,00$ ) para todo tipo de contratação, visto que cada segmento comercial possui sua estrutura financeira diferenciada. A nossa, como explicitado acima, exige suporte financeiro aquém dos limites habituais, sendo que, quanto maior a empresa (maior número de clientes), mais dispêndio financeiro ela possui.

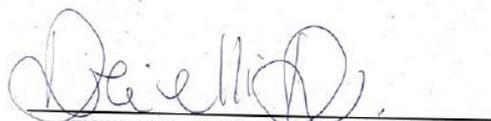
E são por essas razões que requeremos a reformulação do item questionado do edital, sendo para sua retirada ou alteração, exigindo outro valor de índice financeiro ou requerendo a apresentação **alternativa** de patrimônio líquido/capital social igual ou superior a 10% do objeto do edital (e não cumulativa), ou, ainda, somente a aceitação de garantia contratual como suporte de contrato.

**Conseqüentemente, solicitamos a alteração do edital de acordo com a argumentação acima demonstrada, a fim de buscar efetivamente empresa que suporte a contratação com a qualificação econômico-financeira adequada e que promova maior competitividade ao certame.**

### III - DO PEDIDO

Diante do exposto, requeremos seja a presente impugnação **RECEBIDA, CONHECIDA e PROVIDA INTEGRALMENTE**, para que, ao final, esta Douta Comissão de Licitação altere o edital deste Pregão no que tange a qualificação econômico-financeira, conforme fundamentos acima mencionados. Ademais, em razão da ampliação de disputa no caso de deferimento da impugnação, **REQUEREMOS** também a alteração da data do Pregão.

Termos em que pede e, espera deferimento.  
Campo Bom - RS, 2 de dezembro de 2019.



TICKET LOG - TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A  
DRIELLI DUARTE DA SILVA  
RG: 1093596871  
ANALISTA DE LICITAÇÕES  
MERCADO PÚBLICO  
TEL: (51) 3920-22 00 – RAMAL: 8267

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTERIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME: **DRIELLI DUARTE DA SILVA**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: **1093596871 SSP/DI RS**

CPF: **022.034.580-54** DATA NASCIMENTO: **28/03/1990**

FILIAÇÃO: **JOAO LUIS LIMA DA SILVA**  
**MARA REGINA DUARTE DA SILVA**

PERMISSAO:  ACC:  CAT. HAB: **A**

Nº REGISTRO: **06870106853** VALIDADE: **14/03/2022** 1ª HABILITACAO: **02/07/2017**

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR: *Drielli D.*

LOCAL: **PORTO ALEGRE, RS** DATA EMISSAO: **23/07/2018**

ASSINATURA DO EMISSOR: *Paulo Roberto Kopuchina*  
 Paulo Roberto Kopuchina  
 ASSINATURA DO EMISSOR

94805140191  
 RS209793902

**RIO GRANDE DO SUL**

DESTRAN CONTRAN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
 1685341058

PROIBIDO PLASTIFICAR  
 1685341058



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO**

TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A.

(PODERES: REPRESENTAÇÃO COMERCIAL - LICITAÇÕES)

Pelo presente instrumento particular de procuração e na melhor forma de direito, **TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A.**, com sede na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Machado de Assis, nº 50, Edifício 02, Santa Lucia, inscrita no CNPJ sob o nº 03.506.307/0001-57, representada pelo Diretor Presidente Sr. **JEAN URBAIN PIERRE HUBAU**, francês, casado, economista, portador da cédula de identidade RNE nº V661642-0, inscrito no CPF/MF sob o nº 233.801.318-22 e pelo Diretor Financeiro Sr. **GILLES ATTOLINI**, francês, casado, contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 234.496.608-02, portador da Cédula de Identidade RNE nº G097843-T, ambos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 7.815, 7º andar, Torre II, Pinheiros, CEP 05425-070, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, pelo presente instrumento nomeiam e constituem como seus procuradores: **André Barra Aguirre Jaber**, brasileiro, solteiro em união estável, gerente de relacionamento mercado público, portador da cédula de identidade RG nº 4254821 SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 004.416.111-50, residente e domiciliado na Av. Archimedes Pereira Lima nº 870, Jardim Leblon, Cuiabá/MT; **Andréia Affonso Reis de Souza**, brasileira, solteira, analista de licitações, portadora da cédula de identidade RG nº 3081143814 SJS/RS, inscrita no CPF/MF sob o nº 014.304.020-08, residente e domiciliada na Rua Faria Santos, nº 394, Apto. 301, Petrópolis, Porto Alegre/RS; **Bruna Aparecida De Souza**, brasileira, casada, gerente de relacionamento, portadora da cédula de identidade RG nº 296768960 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 314.115.458-93, residente e domiciliada na Estrada do Capuava, nº 2.451, Casa 144, Chácara Ondas Verdes, Cotia/SP; **Camila Cristina Belmonte da Silveira**, brasileira, solteira, gerente de relacionamento mercado público, portadora da cédula de identidade nº 1093394251 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.349.070-40, residente e domiciliada em Porto Alegre/RS; **Caroline Araujo**, brasileira, solteira em união estável, analista de licitações, portadora da cédula de identidade RG nº 1082518273 SSP/DI/RS, inscrita no CPF/MF sob o nº 014.740.260-36, residente e domiciliada na Rua Coronel Feijó, nº 709, apto. 301, Bairro Higienópolis, Porto Alegre/RS; **Clara Gabriela Albino Soares**, brasileira, solteira, analista de licitações, portadora da cédula de identidade RG nº 521624 SSDC/RO, inscrita no CPF/MF sob o nº 926.239.802-68, residente e domiciliada na Rua João Alfredo, nº 312, apto. 506, Cidade Baixa, Porto Alegre/RS; **Douglas Almeida Pina**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº M3.981.272 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 582.074.816-68, residente e domiciliado na Rua Camilo Nader, 180, apto. 22, Vila Morumbi, São Paulo/SP; **Drielli Duarte da Silva**, brasileira, solteira, analista de licitações, portadora da cédula de identidade RG nº 1093596871 SSP/RS, inscrita no CPF/MF sob o nº 022.034.580-54, residente e domiciliada na Avenida Alegrete, nº 90, apto. 14, Petrópolis, Porto Alegre/RS; **Evandro Kechinski Kafski**, brasileiro, casado, gerente de vendas presencial de mercado público, portador da cédula de identidade RG nº 7066221991 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 971845860-34, residente e domiciliado na Avenida Ipiranga, nº 8400, apto. 703, Torre 1, Porto Alegre/RS; **Francisco Ronaldo de Souza Bento**, brasileiro, casado, gerente de relacionamento mercado público, portador da cédula de identidade RG nº 111810786 SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 409.079.882-53, residente e domiciliado na Rua Angico, nº 5270, Porto Velho/RO; **Guilherme Machado de Oliveira**, brasileiro, solteiro em união estável, gerente de vendas presencial de mercado público, portador da cédula de identidade RG nº 7071001346 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 968.612.400-44, residente e domiciliado na Avenida da Serraria, nº 1900, Casa 21, Espírito Santo, Porto Alegre/RS; **Igor de Moura Cavalcante**, brasileiro, casado, gerente de relacionamento

JUR



mercado público, portador da cédula de identidade RG nº 6564768 SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 082.001.364-18, residente e domiciliado na Rua Desembargador Martins Pereira, nº 257, apartamento 301, Bairro Graças, Recife/PE; **Luana Lima Moura**, brasileira, divorciada, gerente de relacionamento mercado público, portadora da cédula de identidade RG nº 2001002058552, inscrita no CPF/MF sob o nº 922.166.173-34, residente e domiciliada na Rua Aspirante Mendes, 836, Aerolândia, Fortaleza/CE e **Renata da Cruz Piuco**, brasileira, solteira em união estável, analista de licitações, portadora da cédula de identidade RG nº 8092914715 SJS/RS, inscrita no CPF/MF sob o nº 014.326.780-94, residente e domiciliada na Rua Edgar Gehrke, nº 100, Piratini, Sapucaia do Sul/RS, a quem confere poderes para que, **individualmente**, possam representar a outorgante perante repartições públicas, federais, estaduais e municipais, autarquias, secretarias e seus departamentos, Sistema S, Entidades Sem Fins Lucrativos, Fundações e Empresas Públicas e Privadas, em todo território nacional, em quaisquer processos de licitações públicas ou privadas, sejam elas em forma de convite, tomada de preços, concorrências, pregões eletrônicos e presenciais, em todas as modalidades e tipos de licitações previstas no ordenamento brasileiro, como também representa-la em quaisquer assuntos relacionados a dispensas de licitações podendo, para tanto, prestar declarações e informações necessárias, atualizar, renovar registros cadastrais, assinar e requerer o que for preciso, ajustar cláusulas e condições, concordar, discordar, apresentar recurso, impugnações, contrarrazões, formular propostas, ofertar lances, recorrer, renunciar a prazos recursais, assinar propostas e declarações, autorizar terceiros a obter vista de processos administrativos, bem como autorizar a extração de cópias, autorizar terceiros a participar de licitações presenciais podendo, para tanto, apresentar e assinar documentos referentes à licitação participada, ofertar lances e manifestar intenção e/ou desistência de recurso em nome da outorgante, enfim, praticar tudo quanto mais se tornar necessário para o bom e fiel cumprimento do presente mandato. A PRESENTE PROCURAÇÃO REVOGA QUALQUER OUTRA PROCURAÇÃO, NOS MESMOS TERMOS, ANTERIORMENTE OUTORGADA. OBSERVANDO SEMPRE AS RESTRIÇÕES E LIMITES FIXADOS PELO ESTATUTO SOCIAL. FICA EXPRESSAMENTE VEDADO O SUBSTABELECIMENTO DE QUAISQUER PODERES. OS PODERES ORA OUTORGADOS DEIXAM DE GERAR EFEITOS, AUTOMATICAMENTE, EM RAZÃO DO TÉRMINO DA RELAÇÃO DE TRABALHO COM A OUTORGANTE, NOS TERMOS DO ART. 682, III, DO CÓDIGO CIVIL. **A PRESENTE PROCURAÇÃO TERÁ VALIDADE DE 21/08/2019 ATÉ 12/05/2020.**

Campo Bom, RS, 21 de agosto de 2019.



**Jean Urbain Pierre Hubau**  
Diretor Presidente



**Gilles Attolini**  
Diretor Financeiro

Reconheço por semelhança a(s) 1 firma(s) de: AG156562  
JEAN URBAIN PIERRE HUBAU  
GILLES ATTOLINI-XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Sao Paulo, 29/08/2019 Com valor economico  
Em testemunho da Verdade R\$ 19,00  
56191349487208 LUIS CARLOS FERREIRA-8935/94

**27** TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
ANTONIO DE FREITAS MENEZES FILHO Tabelão Regional  
AV SÃO LUIZ, 59 - REPUBLICA - SÃO PAULO, SP - FONE: (11) 3124 5000 - CEP 01046-001



27  
Código de Notas da Capital  
São Paulo  
112359  
FIRMA  
VALOR ECONÔMICO  
C21940AA0876785



DIRETORIA JURÍDICA  
EDUARDO BRASILI